



Apresentação do livro **Curso de Direitos Fundamentais** (São Paulo: Atlas, 2008), de George Marmelstein, juiz federal e professor de Direito Constitucional na FA7.

Ser professor de direitos fundamentais, aqui no Brasil, não é uma tarefa fácil. Afinal, parece que o que a gente ensina só existe nos contos de fadas. O aluno lê a Constituição e não consegue perceber qualquer sintonia com o mundo real, tal é o contraste entre a beleza do texto constitucional e a triste realidade brasileira.

O Brasil possui uma das Cartas Constitucionais mais avançadas em matéria de direitos fundamentais. Apesar disso, a concentração de renda, o analfabetismo, a pobreza, a desnutrição, a mortalidade infantil etc. são equiparáveis aos dos países mais pobres e menos comprometidos com a democracia.

Nossa Constituição, infelizmente, ainda é apenas uma miragem: ao se olhar para o papel, tem-se a impressão de estar em um oásis, cheio de beleza e abundância. Porém, quando se voltam os olhos para a realidade, o que se vê é um deserto vazio e sem vida.

De que adianta uma Constituição tão boa se ela não é aplicada? De que vale conhecer o texto constitucional se, na prática, ele não tem utilidade? Para quê estudar os direitos fundamentais se eles praticamente não possuem efetividade?

A falta de um sério compromisso político para realizar os direitos fundamentais gera uma sensação de desânimo, que enfraquece a luta em prol da efetivação das normas constitucionais.

Talvez esse sentimento explique o fato de o ensino do direito constitucional no Brasil deixar muito a desejar no que se refere aos direitos fundamentais. Aqui, o papel do professor é tão somente ajudar o aluno a decorar os artigos e incisos da Constituição. Com isso, o estudante acaba lamentando a existência de tantos direitos!

Foi com a intenção de mudar esse paradigma que tive a ousadia de escrever um Curso de Direitos Fundamentais. Sempre achei que o importante, dentro do ensino dessa disciplina, é fazer com que as pessoas assimilem e compartilhem os mesmos valores que inspiram o ordenamento constitucional. A sociedade precisa se convencer da importância ética dos direitos fundamentais para a construção de um ambiente de convivência melhor para todos. E não somente isso. É preciso também que se lute diariamente pela realização desses direitos, através de uma reivindicação consciente e planejada.

Os direitos fundamentais não devem ser para o aluno apenas um monte de textos a serem decorados avidamente, mas verdadeiras ferramentas de luta profissional e de cidadania a serem efetivados na máxima extensão possível.

No Curso de Direitos Fundamentais, que escrevi ao longo de prazerosos anos em que leciono essa disciplina, enfrentei temas que estão na ordem do dia das discussões éticas mais relevantes, como o aborto, a eutanásia, a pesquisa com células-tronco, as cotas para negros em universidades, o casamento de pessoas do mesmo sexo, as limitações do poder do Estado, a liberdade de expressão, o racismo, a tortura, entre outros temas igualmente polêmicos e importantes.

Foi um livro escrito com muito carinho e com uma preocupação em tentar empolgar o leitor, a fim de que ele também se apaixone pelos direitos fundamentais.

A minha relação de amor para com os direitos fundamentais surgiu há dez anos, no ano de 1998, quando eu era ainda um simples estudante da graduação.

Aquele ano foi particularmente especial, já que era um ano de comemorações. Afinal, a Constituição Federal de 1988 completava dez anos, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 completava cinquenta.

Em razão dessas festividades, o ambiente acadêmico respirava direitos fundamentais. Havia palestras, cursos, seminários, concursos de monografia sobre o assunto. Nesse cenário, iniciei minhas primeiras pesquisas. Foi amor à primeira vista. A partir daí, esse tema passou a fazer parte do meu dia-a-dia, tanto profissional (como advogado, procurador de Estado e, atualmente, juiz federal), quanto acadêmico (como estudante da graduação, estudante de especialização, estudante do curso de mestrado e, agora, professor).

Até então, confesso que minha relação com o direito era meio “sem sal”. Ainda não havia me empolgado com nenhuma disciplina jurídica. Achava que havia muita embromação e pouca emoção, muito formalismo e pouca substância. Não sentia qualquer entusiasmo ao ler uma obra jurídica. Sempre achei impressionante como os juristas possuem a péssima capacidade de transformar discussões extremamente interessantes em debates frios e sem-graça.

Mas com os direitos fundamentais, percebi que podia ser diferente, já que esses direitos possuem uma ideologia, um dinamismo. Eles estão cheios de valores e podem ser utilizados como instrumento de luta em favor de um mundo melhor. Se forem bem manejados, são capazes de se transformar em um poderoso mecanismo de mudança social. Era justamente isso que eu estava procurando. Algo típico do idealismo da juventude.

Desde então, minha relação com o direito melhorou da água pro vinho. Passei a gostar de verdade de estudar as disciplinas jurídicas, sempre tentando direcionar o estudo para a óptica dos direitos fundamentais ou pelo menos para o direito constitucional, que era o que me dava vontade de aprender. E assim fui crescendo profissionalmente... Fui aprovado em diversos concursos públicos, fiz

especializações e mestrado, tornei-me juiz federal e professor. Tudo isso se deve em grande parte aos direitos fundamentais. Por isso, tenho uma gratidão especial para com eles. Sem eles, talvez eu fosse apenas mais um profissional do Direito desmotivado e sem estímulo, como há muitos por aí. E a melhor forma que encontrei para retribuí-los por tudo o que eles me proporcionaram foi escrever um livro-curso, a fim de compartilhar com outras pessoas o mesmo sentimento de empolgação que eu senti e ainda sinto quando estudo essa matéria.

Espero que agora, passados vinte anos da promulgação da nossa Constituição cidadã, essa minha contribuição possa resultar em algum efeito prático e possa, senão tornar a Constituição uma realidade, pelo menos conscientizar os leitores da importância dos direitos fundamentais para que eles possam tentar, dentro de suas possibilidades e limitações, efetivar ao máximo as normas constitucionais.

É possível conhecer as idéias básicas contidas no livro a partir do meu blog: [direitosfundamentais.net](http://direitosfundamentais.net). Sinta-se à vontade para visitá-lo.